

AS DESIGUALDADES AMPLIADAS E AS ALTERNATIVAS EM CONSTRUÇÃO

Antonio David Cattani

INTRODUÇÃO

O capitalismo sempre foi e continua sendo extraordinariamente contraditório. Não se conhece nenhum modo de produção no passado que tenha tido a capacidade de gerar tanta riqueza material, tantos inventos, obras e produtos. Somados todos os feitos materiais da humanidade ao longo de séculos, o resultado é menor que a riqueza produzida pelo capitalismo em poucas décadas. Nenhum modo de produção anterior conseguiu agenciar com tamanha eficiência o trabalho humano, explorar a natureza com igual intensidade, potencializar as capacidades físicas e intelectuais de maneira a fazer avançar a humanidade em dimensões físicas e materiais inimagináveis.

Ao mesmo tempo, as condições desse sucesso são desastrosas sob múltiplos aspectos. A riqueza da produção social é apropriada por grupos restritos, os inventos e as obras são fruídos por poucos privilegiados, o trabalho humano é

explorado sob o princípio da fungibilidade dos operários, e a exploração da natureza é predatória. Desde o final do século 20, considerando-se na sua escala planetária, o capitalismo amplia as desigualdades de forma próxima ao paroxismo: milhões de obesos-mórbidos nos Estados Unidos e milhões de subnutridos em outros continentes; produção de medicamentos e equipamentos médicos de altíssima eficiência e carência de remédios para banais endemias; *resorts*, *shoppings centers* de altíssimo luxo e ilhas de fantasia para milionários ao lado de favelas; fortunas bilionárias nas mãos de poucas dezenas, e bilhões de miseráveis. As diferenças são grotescas, chocantes, ou passam despercebidas, multiplicando-se de maneira infinita (ver www.inequality.org ou www.ucatlas.ucsc.edu). Tudo isso ocorre de maneira acelerada, sob a lógica da “compressão tempo-espaço” (Harvey, 1990).

Essas considerações genéricas precisam ser detalhadas, para provar sua pertinência e para apontar questões específicas que dizem respeito

à nossa realidade imediata. É o que faremos a seguir, ordenando o texto a partir de três idéias básicas: a primeira é que o capitalismo desenvolveu-se ao longo do século XX, impulsionado por uma lógica diferente da atual e cujo resultado foi a inclusão social ampliada. A segunda é que, a partir dos anos 80, na medida em que foi orientado pelos princípios neoliberais, ele segue um caminho que é socialmente desastroso – ampliando a exclusão e as desigualdades –, e que esse desastre pode ter grandes proporções. A terceira é que nada do que está acontecendo hoje é irreversível e, sobretudo, que o modelo dominante, apesar da sua força, disputa legitimidade na organização econômica e societária com, no mínimo, quatro outros projetos.

Desde seus primórdios, o capitalismo tem uma lógica de funcionamento bem específica: organizar o trabalho humano para produzir mercadorias que serão vendidas por preço superior ao seu custo. A extração de mais-valia é, igualmente, extração de mais-poder. Ao organizar a produção, o capitalista organiza, também, toda a sociedade, subjugando as diferentes lógicas sociais a uma lógica mercantil, produtivista e concorrencial. Para tanto, fazem-se necessários a coerção e o disciplinamento da força de trabalho. Coerção, porque nenhum trabalhador livre aceitaria o fato de trabalhar além do necessário para sua sobrevivência. Disciplinamento, porque nenhum trabalhador livre aceitaria as condições penosas e aviltantes de um trabalho, como é freqüentemente o caso, destituído de sentido. O primeiro momento desse processo é sempre a subjugação, na seqüência transformada em subordinação, até chegar a uma situação de consentimento, ou seja, de naturalização da divisão social do trabalho na estruturação social hierarquizada e, enfim, do entendimento alienado de que a sociedade assim organizada é a sociedade possível.

Acontece que, mesmo nos momentos de consagradora hegemonia sobre práticas e idéias, o capitalismo é minado pela insatisfação dos subalternos (luta de classes) e pela sua própria ló-

gica concorrencial (a luta entre os “irmãos inimigos”), obrigando os proprietários dos meios de produção a revolucionar constantemente as forças produtivas. O processo produtivo, tensionado por forças internas no seio da produção e por forças externas no mercado, tem sua válvula de escape na acumulação ampliada. Acumular, acumular, sempre e mais, acumular sem limites, passa a ser uma lei econômica à qual estão submetidos todos os empresários. Acumular riquezas como meio para juntar mais riqueza (Heilbroner, 1988) Se o binômio exploração-acumulação é válido para todos, independentemente da nacionalidade, do setor, da cultura local ou de qualquer outro elemento, as *formas* que assumem as condições de exploração e as dinâmicas da acumulação podem ser bem diferentes. Ou seja, na sua essência, a lógica capitalista é a mesma em Taiwan, na Colômbia, na Nova Zelândia ou na Bélgica; é a mesma para empresários católicos ou protestantes; para a indústria de alta tecnologia como para a indústria têxtil de base manual. É a mesma sob ditaduras militares, sob monarquias constitucionais ou sob repúblicas liberais. A variação se dará apenas nas expressões materiais e na velocidade dos processos, ambas decorrentes das correlações de forças marcadas, por exemplo, pela capacidade organizativa dos sindicatos e dos partidos políticos. Dependerá do papel do Estado, intervencionista ou liberal, da capacidade tecnológica e científica, da engenhosidade empresarial e da qualificação da força de trabalho. Dependerá, também, da correlação de forças entre os Estados-Nação ou, em termos mais simples, da existência ou não do Imperialismo, que impõe trocas desiguais entre países igualmente capitalistas, ou não.

A soma de todos esses elementos formais, num determinado período histórico, configura fases específicas da dinâmica capitalista, fases que podem ser denominadas de modelos de desenvolvimento ou paradigmas de macro-regulação. Em pouco mais de 100 anos, existiram dois grandes movimentos ou momentos claramente configurados na expansão capitalista.

Sua apresentação sintética, feita a seguir, tem como objetivo identificar a especificidade do momento contemporâneo. Se o "capitalismo é ainda o mesmo", as estratégias empresariais são diferentes e seus impactos sobre os trabalhadores, bem como as resistências dos movimentos sociais e as possibilidades de construção de alternativas.

A DINÂMICA INCLUSIVA

Antes de identificar os traços gerais dos dois períodos mais recentes, é preciso fazer uma brevíssima referência às condições da fase que vai do final do século 19 até o final da primeira guerra mundial. O capitalismo, nesse período, era marcado por uma lógica concentradora, impulsionada por grandes empresas industriais. O mercado consumidor era limitado, girando em torno do consumo de alto luxo das elites. As classes sociais encontravam-se polarizadas em termos de alta burguesia e proletariado. As lutas de classe, no mundo norte-ocidental, eram sem nuances, com enfrentamentos de extrema violência: revoltas operárias radicais de um lado e repressão sem concessões de outro. A expansão era planetária e impulsionada pelo império britânico, que abria mercados periféricos e coloniais com canhões e baionetas.

O segundo modelo de expansão do capitalismo inicia-se logo após a primeira guerra. Suas principais características podem ser sintetizadas nos seguintes elementos:

- a) crescimento da presença do Estado que, especialmente após a crise de 1930, passa a adotar políticas ditas keynesianas, regulando o mercado, promovendo investimentos, desenvolvendo políticas sociais compensatórias nas áreas de educação, saúde, habitação e transporte.
- b) correlação de forças mais favorável aos trabalhadores (consolidação dos sindicatos, construção dos partidos trabalhistas e social-democratas), permitindo o estabelecimento de

contratos coletivos e a ampliação de direitos sociais para um número crescente de pessoas. c) desenvolvimento de técnicas gerenciais e administrativas pelo empresariado para contrapor-se ao crescimento do poder operário (Taylorismo e Fordismo). Com o mesmo objetivo, foram intensificados a automação e o desenvolvimento tecnológico.

A conjugação desses processos resultou numa dinâmica muito particular na história do capitalismo. A pressão operária e política por direitos forçou a modernização industrial e uma certa redistribuição de renda, ampliando os mercados consumidores. Essa ampliação estimulava novos investimentos, resultando em maior concentração operária que, por sua vez, reforçava lutas por direitos e por mais rendas. Desenvolveu-se um movimento circular, que propiciou a inclusão de um número extraordinário de indivíduos na esfera social. Especialmente entre 1945 e início dos anos 70, registrou-se a mais fantástica etapa de crescimento econômico da história da humanidade. A qualidade de vida de milhões de trabalhadores nas economias norte-ocidentais aumentou para patamares jamais vistos. Os trabalhadores trocaram as reivindicações radicais de abolição do capitalismo e de autonomia e dignidade no processo de trabalho por mais salários e maior proteção social. Os 30 anos dourados do Estado de Bem Estar não eliminaram os conflitos nos espaços de trabalho e na esfera da política. Houve, entretanto, um arrefecimento da violência, tal como existira anteriormente à primeira guerra mundial. O processo foi bastante irregular, dependente de recortes temporais ou geográficos mais precisos (Beaud, 1981), e, no que concerne aos países da periferia, os resultados positivos ficaram sempre muito aquém daqueles registrados no primeiro mundo. Para muitos países, tratou-se apenas de uma "ilusão desenvolvimentista" (Arrigui, 1997), uma vez que privilégios históricos foram mantidos sem mudanças substanciais para o conjunto da população.

O que interessa destacar desse período é a

lógica da inclusão. Efetiva ou fictícia, a permeabilidade do sistema em expansão representou a grande esperança de ascensão social, tanto para os subalternos como para os candidatos a capitalistas. Por décadas, vigorou a idéia que, trabalhando arduamente, seja como assalariado seja como patrão, era possível ganhar dinheiro, fruir dos resultados do progresso material e, ao mesmo tempo, ascender na escala social. Essa idéia não apenas valia para indivíduos mais dinâmicos, mas era a regra geral: valeria para todos. Quando a expansão econômica revelou-se insuficiente para atender às demandas ampliadas dos agentes econômicos, um novo elemento foi adicionado: a qualificação profissional, obtida graças à educação: “Eu trabalho, eu estudo, eu consigo”. A exclusão de alguns do processo passou a ser interpretada como de responsabilidade dos excluídos, uma vez que o sistema se apresentava como capaz de recompensar os mais esforçados e os mais preparados.

É necessário reconhecer que, nesse período, a mobilidade social ascendente foi irregular, porém efetiva. Alguns poucos conseguiram dar grandes saltos. A maioria da população galgava poucos degraus a cada geração, mas, face à situação anterior de imobilismo ou de pobreza, isso era sentido como um progresso. O desemprego, nos países norte-ocidentais, situou-se por décadas na faixa de 3 a 4%, percentuais considerados como de regulação do mercado de trabalho sem altos custos sociais. O contingente de mulheres no mercado de trabalho quadruplicou ou quintuplicou, fazendo com que a renda familiar aumentasse e que as atividades domésticas de auto-subsistência diminuíssem, ampliando, conseqüentemente, o mercado para as empresas (Mattoso, 1995). Ficção ou realidade para apenas alguns, o importante é que o processo integrador condicionou percepções e práticas de políticos, sindicalistas, empresários e intelectuais, transformando-se o desenvolvimento numa “religião laica” (Rist, 1996). Estabilidade, contratos coletivos, direitos sociais para todos e vários outros elementos relacionados ao mundo do

trabalho tinham força de lei e legitimidade assegurada (Castel, 1998).

Esse quadro aparentemente idílico e racional escondia a realidade das desigualdades naturalizadas, das práticas disciplinares e promotoras do conformismo, dos mecanismos de exploração que atingiam indivíduos, regiões ou países. De igual gravidade, registravam-se processos intensivos de destruição da natureza e de degradação ambiental (Dumont, 1988).

Mas a mais importante resistência ao modelo dominante partiu do coração mesmo da economia capitalista. O sucesso das idéias e das práticas de um capitalismo regressivo (Anderson, 1995), batizado agora de neoliberal, permitiu configurar um modelo diferente do anterior, modelo esse que impulsionou uma lógica excludente, da qual sofremos as conseqüências de maneira brutal até o presente momento.

A ROTA DO DESASTRE

A ofensiva neoliberal debutou na esfera das idéias. Relegados durante quase 50 anos a um segundo plano, nas universidades e institutos de formação, na condução dos aparelhos de Estado e no reconhecimento social, os liberais estavam, entretanto, aperfeiçoando seus arcabouços teóricos e seus argumentos. O marco fundador dessa estratégia foi o lançamento, em 1944, da obra de Friedrich Hayek *O Caminho da Servidão*. Na esteira do sucesso do seu lançamento em todo o mundo (a tradução brasileira é de 1945), o pensamento neoliberal foi insidiosamente penetrando as esferas acadêmicas e as instâncias dirigentes de empresas e governos, que passaram a ver, na intervenção keynesiana e social-democrata, limites à ação empreendedora. Argumentos teóricos clássicos eram atualizados e mesclados com ideologias que satanizavam a regulação estatal e os direitos coletivos que davam a base de sustentação social do *Welfare State*. A partir dos anos 60, quando o modelo de acumulação intensiva de base taylor-

rista e fordista apresentava sinais de esgotamento, a produção intelectual neoliberal ganha visibilidade e legitimidade através de vários prêmios Nobel de Economia e pela ação arregimentadora desenvolvida por várias instituições conservadoras (Fundações norte-americanas, fundações empresariais, agrupamentos políticos elitistas). A vitória de Margareth Thatcher e Ronald Reagan alça as diretivas neoliberais para a esfera da ação governamental de duas grandes potências mundiais. Mas, sobretudo, desenvolve-se, na esfera industrial, um processo que dará sustentação às transformações que acabarão configurando o novo modelo, batizado de “acumulação flexível” ou “sociedade pós-moderna” ou, simplesmente, globalização neoliberal.

Fazendo uma síntese extrema, podemos destacar os traços gerais do novo paradigma tecnológico com suas múltiplas conseqüências sociais (ver os vários verbetes do *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*, Cattani, 2002):

- a) Reestruturação Produtiva, que corresponde à conjugação de vários processos: racionalizações das plantas industriais, intensificação da automação microeletrônica e da robotização, aplicação de processos informáticos, realocização industrial, reengenharia, adoção das estratégias de terceirização e sub-contratação.
- b) Globalização, entendida como a conexão planetária da economia capitalista liderada pelas grandes empresas, cujo resultado é a redução dos controles alfandegários sobre a circulação do capital especulativo; redução das tarifas e regulação do comércio mundial pela O.M.C., segundo os interesses dos países do G-8; aplicação de mecanismos inibidores da produção científica e tecnológica dos países do terceiro mundo, através de leis de patentes; realocização espacial facilitada; desnacionalizações.
- c) Reformas do Estado de Bem-Estar, que correspondem à redução dos direitos previdenciários e dos mecanismos de proteção social, ao combate sem trégua às instituições sindicais no mundo inteiro e aos códigos do trabalho que asseguravam estabilidade, contratos

coletivos, direitos protetores. Ainda na esfera do Estado, intensificou-se o desmantelamento dos mecanismos de regulação e controle estatal, o processo de privatização dos setores estratégicos, a abertura de serviços públicos à lógica mercantil e concorrencial.

Impondo a ferro e fogo o princípio da “verdade de mercado”, sob a hegemonia do capital financeiro especulativo, a economia mundial, liderada especialmente pelos Estados Unidos, implementou uma dinâmica regressiva em todos os sentidos. Sob vários aspectos, ela representou um retorno às condições vigentes no final do século 19 (Beinstein, 2001; Sennet, 1999). Se as conseqüências sociais foram desastrosas no primeiro mundo (Bourdieu, 2000; Forrester, 1997), os impactos sobre o terceiro mundo, e muito especialmente sobre o Brasil, foram ainda mais graves (Dieese, 2001; Dupas, 1999, Gentili, 1999; IBGE, 2002).

Vários processos tidos como superados pela “alta modernidade” voltaram a ser objeto de preocupação das ciências sociais, da educação e da economia e, com as devidas adaptações, ganharam espaço na mídia: pauperismo, exclusão, servidão, escravidão. O vocabulário mudou rapidamente. Se antes se falava em estabilidade, agora a ênfase é na precariedade; inclusão foi substituída por exclusão; não se fala mais em direitos trabalhistas, mas em flexibilização de direitos; a identidade forjada positivamente nos planos de carreira deu lugar a um carreirismo do tipo “salve-se quem puder!”. A desigualdade na distribuição de renda regrediu para patamares equivalentes àqueles existentes antes da crise de 29, trazendo no seu bojo toda forma de instabilidade, associada à concentração de renda em esferas especulativas. Cem anos de lutas sociais e de conquistas de direitos coletivos foram anulados em pouco mais de uma década. Visto sob a ótica ambientalista e ecológica, o capitalismo acelerou a exploração predatória que vitima, sobretudo, os países mais pobres. As decisões vitais das conferências de Rio-92 e Joahnesburgo 2003, bem como o protocolo de

Kyoto, não foram respeitados pela nação imperial que tem demonstrado especial desprezo a todas as medidas protetoras da biodiversidade ou promotoras do pacifismo, do desenvolvimento sustentável e do comércio justo.

Sob todos os aspectos, a economia mundial, sob a hegemonia norte-americana, caminha na rota do desastre. Desastre ecológico, social e mesmo econômico, na medida em que a lógica e as práticas dominantes são regressivas, concentradoras do capital produtivo em circuitos restritos, necessitando cada vez menos do trabalho humano. Nunca tamanho volume de riqueza foi produzido com tão poucos trabalhadores (Rifkin, 1996).

Segmentos específicos do capital, financeiro em particular, são hoje hegemônicos. Duas são as suas orientações: a primeira diz respeito a uma lógica micro-econômica, que reedita os preceitos do *laissezfaire - laisser passez* originais do capitalismo de livre mercado. Trata-se de uma visão e de práticas estreitas, falsamente ingênuas, de remeter todas as questões essenciais a um cálculo utilitarista dos agentes sociais. A mão invisível do mercado, ou mais propriamente dito, a lei da selva, garantiria soluções racionais, efetividade da meritocracia, penalizando a ineficiência e recompensando os verdadeiros empreendedores. Filosofia e prática que valem para o pequeno comércio, mas que, aplicadas na gestão macro-econômica e na esfera estatal, revelam-se desastrosas.

A segunda corresponde à face avançada do capitalismo internacional que, sob o véu ideológico dos princípios neoliberais, esconde a truculência dos poderosos grupos econômicos e dos gestores do capital especulativo internacional. Designado como “capitalismo turbinado”, compõe a vanguarda belicista e predatória, centrada nas grandes implantações industriais, no domínio da produção das inovações tecnológicas de ponta, assegurando ilhas de excelência e de produtividade que garantem, entre outros aspectos, o controle sobre a extração de lucros no Terceiro Mundo, através dos mecanis-

mos da dívida externa e do monopólio sobre os meios de comunicação de massa. Em todos os sentidos, e comprovado por todos os estudos científicos, o resultado é o mesmo: aumento das desigualdades históricas e criação de desigualdades inéditas.

Não há dúvidas com relação à força e ao poderio concreto e ideológico do sistema dominante. Mas, apesar de tudo, não se trata de um poder consolidado e, menos ainda, garantido em seu exercício de forma exclusiva e permanente. São vários os projetos que se apresentam como alternativas viáveis. As indicações a seguir buscam sintetizar os três principais projetos que, colocando-se em outra sintonia que aquela dominante do livre mercado ou do “capitalismo turbinado”, no contexto brasileiro, tentam conquistar corações e mentes, tentam viabilizar formas específicas de agenciamento das forças econômicas e sociais para a construção de novos modelos de desenvolvimento.

PROJETOS EM DISPUTA

1. O “capitalismo bonzinho”. Nos últimos anos, com o agravamento da crise social, com o aumento do desemprego estrutural e do trabalho precário, observa-se o desenvolvimento de ações localizadas, que partem de segmentos da classe empresarial. Sensibilizados pela expansão da miséria, pelo crescimento da visibilidade de situações que envolvem, por exemplo, crianças abandonadas, idosos e portadores de necessidades especiais, inúmeros representantes das elites econômicas passaram a se envolver com práticas beneméritas e caritativas. Multiplicaram-se rapidamente formas diversificadas de trabalho voluntário, de assistencialismo e de benevolato institucionalizado por ONGS, por organizações comunitárias e fundações diversas. Esse movimento atinge desde centenárias Santas Casas de Misericórdia, recentemente investidas por novos gestores, até instituições promotoras do desenvolvimento sustentável; compreende da prote-

ção do macaco-leão ao estímulo à amamentação materna. Os enquadramentos teóricos combinam perspectivas “holísticas da nova era” com o espírito filantrópico do primitivismo cristão, o racionalismo pragmático com esoterismos diversos. Os exemplos revelam, por vezes, articulações esdrúxulas: indústrias poluidoras que pagam a recuperação da pracinha infantil; a indústria responsável pela existência de centenas de trabalhadores com doenças profissionais, que financia a quadra de esportes do clube local; a emissora de televisão que presta um desserviço à cultura 18 horas por dia, mas contribui para a restauração do centro histórico...

Como num passe de mágica, implacáveis especuladores viraram benévolos escoteiros sociais, fortalezas empresariais transformaram-se em financiadoras de cirquinhos infantis para a periferia. Um espírito de Poliana parece contagiar empedernidos executivos, antes aferrados ao lucro a qualquer preço (Cattani, 2002).

O solidarismo, recuperado pelos setores dominantes, é freqüentemente associado a práticas mercadológicas que promovem produtos ou marcas. Por vezes, o trabalho sinceramente voluntário e bem intencionado encobre trabalho não-pago; doações e mecenatos podem nada mais ser do que formas para se beneficiar de deduções fiscais. Impostos deixam de ser recolhidos, fazendo com que recursos que poderiam ser canalizados para investimentos de interesse coletivo sejam aplicados sob critérios particulares e localizados. Ao mesmo tempo, esses recursos não são submetidos a nenhum controle, seja dos Tribunais de Contas ou dos órgãos de fiscalização pública. São inúmeros os exemplos que envolvem a criação de escolas específicas, mantidas por uma fundação empresarial específica, com o fito de beneficiar operários ou os seus filhos, ou uma comunidade próxima às instalações fabris. Nesse caso, a empresa realiza um trabalho de “fidelização” dos envolvidos, que dificilmente se engajarão em movimentos grevistas ou em processos reivindicatórios, com medo de perder o benefício indireto.

As múltiplas facetas do “capitalismo bonzinho”, designadas pelo ambíguo conceito de Terceiro Setor, fazem parte de uma esperta modalidade de recuperação da legitimidade capitalista, de uma eficiente estratégia que mobiliza o que tem o espírito humano de mais nobre: a solidariedade, termo atual para o ideal revolucionário de 1789, então chamado de fraternidade universalista. Valendo-se das boas e sinceras intenções dos envolvidos, as elites desenvolvem ações localizadas e que, na dimensão pontual, são beneméritas, mas que, na sua essência, preservam os privilégios dessa mesma elite e, sobretudo, preservam os mecanismos reprodutores dos problemas que, aparentemente, estão sendo solucionados.

2. A “terceira via”. Os estragos das políticas do neoliberalismo ortodoxo foram tão grandes, que despertaram uma reação política em escala planetária, fazendo com que o receituário social-democrata e keynesiano recuperasse sua credibilidade. Formulações acadêmicas dos chamados neo ou pós-keynesianos no campo econômico e de autores como Anthony Giddens nas Ciências Sociais – reforçadas pela eleição de Tony Blair na Inglaterra – formalizam um projeto alternativo ao livre mercado e ao “capitalismo turbinado”. A Terceira Via se quer algo híbrido entre a lei da selva do mercado e o dirigismo burocrático estatal.

A exemplo do Terceiro Setor, trata-se de formulações amplas, que recobrem orientações econômicas e práticas sociais com múltiplas facetas. Existem aquelas que nada mais são do que o reformismo atualizado, ou seja, tentativas bem-comportadas de neutralizar os efeitos mais perversos da economia de mercado sem, contudo, modificar os mecanismos essenciais do capitalismo (propriedade privada, lógica da acumulação ilimitada, da concentração e centralização do capital, da subordinação alienada do trabalho ao capital). Na linguagem figurada habitualmente usada, trata-se de colocar alguns freios e barreiras ao “capitalismo turbinado” e de regular as formas mais predatórias da livre concor-

rência entre desiguais. Para essa estratégia defensiva, o quadro político não precisa ser necessariamente democrático. Um líder carismático, um regime autoritário ou uma tecnocracia eficiente podem dar conta do recado...

A segunda faceta dessas orientações e práticas tem uma dimensão mais complexa, na medida em que envolve políticas públicas progressistas e movimentos sociais. Nesse caso, trata-se da gestão da crise ou das mazelas do capitalismo, com participação da sociedade civil organizada e atuante. A tônica é o pragmatismo, o “bom senso”, para não promover as rupturas que indisporiam as elites. O quadro político é necessariamente a democracia representativa, sendo o parlamento a arena de confronto e regulação dos interesses conflitantes mais virulentos. Os projetos da Terceira Via “do B” passam preferencialmente pela esfera pública, seja ela municipal, estadual ou federal, mas o encaminhamento das reformas envolve processos que vão além da delegação de poderes para governantes e legisladores. Incluem-se, no jogo político, comissões tripartites, câmaras setoriais, fóruns consultivos e deliberativos, instâncias consultivas do tipo Orçamento Participativo, ou instâncias que possam contar com a participação e colaboração de ONGs, sindicatos, associações civis e movimentos sociais.

Nesse contexto, não existem fórmulas testadas nem modelos-padrão. Busca-se atingir várias coisas ao mesmo tempo: eficiência econômica, igualdade de chances, promoção social, redução das desigualdades. O princípio de respeito aos contratos e aos direitos adquiridos, inclusive no que concerne à propriedade privada, é o limite para esse processo. Podem-se negociar concessões, mas nada além disso. A eventual intransigência das partes anula qualquer avanço. As alternativas são moduladas pela correlação de forças, descartando-se, em princípio, rupturas violentas ou imposições unilaterais. Na quase totalidade dos casos ocorridos no século 20, o sucesso dessas macro-concertações políticas esteve assentado no crescimento econômico.

Ocorrendo a expansão da economia e dependendo da correlação de forças, as elites dominantes podem até aceitar a repartição do excedente. Em caso de recessão, aferram-se aos seus privilégios. Inúmeras declarações de lideranças empresariais, durante os primeiros meses do Governo Lula, registram o limite das reformas. Para os setores dominantes, patrimônio, riquezas e altos rendimentos são “direitos adquiridos”, sagrados e intocáveis. A distribuição de renda poderá ser realizada, eventualmente, a partir dos ganhos futuros...

3. A construção das alternativas e a Economia Solidária. Diferentemente dos dois projetos anteriores, que envolvem o instituído, seja para manipulá-lo em benefício de segmentos específicos, ou para reformá-lo com o intuito de atingir o bem comum, o campo da Economia Solidária envolve o novo, o que não existia antes, ou que possuía existência inexpressiva e, principalmente, o que precisa ser construído. Não se trata de uma estratégia defensiva nem reformista e sim propositiva de novos modelos de atividade econômica e de trabalho e, através deles, de criação de uma nova sociedade. Não se trata, igualmente, de algo transitório, simples estágio prévio à entrada na economia “normal”. A terceira alternativa abordada neste artigo possui múltiplas designações: socioeconomia solidária, economia do trabalho, novo cooperativismo, empreendimentos econômicos solidários e, ainda, empreendimentos autogestionários que, por sua vez, remetem para um conjunto de conceitos estranhos à economia convencional (cooperação, dádiva, moeda social, redes solidárias, trabalho emancipado e outros). Para facilitar a leitura, esse conjunto será referido simplesmente como Economia Solidária. Para a clarificação conceitual, ver a obra coletiva *A outra economia* (Cattani, 2003).

Para ser mais exato, é necessário designar o fenômeno da Economia Solidária como o ressurgimento de algo que existe há quase 200 anos. Os pioneiros na construção de formas produtivas alternativas, com dimensões solidárias e

participativas, surgiram na Europa Ocidental ainda no início do século 19 (Singer, 2002). Ao longo de dois séculos, foram se multiplicando em todo o mundo associações e agrupamentos de trabalhadores regidos por princípios associados ao pensamento libertário e utópico. Mesmos nas fases de prosperidade do capitalismo, os ideais iluministas e verdadeiramente revolucionários, que conjugam liberdade, fraternidade e solidariedade, buscaram ancoragem em práticas produtivas concretas.

No Brasil, existiram experiências concretas nas colônias rurais anarquistas do Sul, nas caixas de socorro mútuo nos grandes centros industriais, no movimento mutualista e nas cooperativas de produção e de crédito. Ao longo do século 20, coexistiram experiências autênticas e empreendimentos cooperativados que, embora economicamente rentáveis, foram corrompidos pela lógica empresarial privada.

É nas duas últimas décadas que o fenômeno da Economia Solidária adquiriu importância e projeção nacionais (Singer e Souza, 2000). Em 2003, registra-se a existência de centenas de empreendimentos que envolvem geração de trabalho e renda para milhares de pessoas. Sua importância não é apenas quantitativa, mas também, qualitativa, na medida em que a população concernida é, de modo geral, aquela mais vulnerável aos processos predatórios da economia dominante: desempregados, pobres do campo e da cidade, excluídos de várias origens, marginalizados sem acesso aos mecanismos convencionais de sobrevivência na economia capitalista. Ou seja, a Economia Solidária tem impacto direto sobre a redução das desigualdades.

Mais importante do que isso, as múltiplas manifestações dessa outra economia representam formas mais civilizadas, mais dignas da atividade humana, contrastando com as dimensões predatórias do capitalismo de livre mercado ou “turbinado”. “Trata-se de um movimento consequente, em expansão, envolvendo um número crescente de ativistas sociais, de utopistas preocupados com a construção de um mundo me-

lhor, de espíritos progressistas que recusam a mediocridade do sistema dominante, de militantes associativos que buscam materializar os ideais civilizatórios da igualdade, liberdade e solidariedade” (Cattani, 2002, p.16). A Economia Solidária tem múltiplas faces e as experiências em curso não estão consolidadas. Apesar dos esforços de vários pesquisadores e ativistas, o quadro real das atividades ainda é relativamente pouco conhecido. Limites e possibilidades do processo precisam ser analisados, para que não sejam criadas ilusões nem vendidas falsas promessas. Vários problemas precisam ser enfrentados, para que a construção de uma verdadeira alternativa seja possível. Sinteticamente, podemos destacar:

- a) A necessidade de a Economia Solidária se colocar claramente na contra-corrente das iniciativas elitistas no Terceiro Setor marcado pela filantropia e benemerência, que preservam privilégios, e inibem o solidarismo emancipador.
- b) A necessidade de organizar formas produtivas, social e economicamente, avançadas. A Economia Solidária não pode ser uma economia pobre para pobres. O esforço de organização de empreendimentos solidários deve ousar entrar em todos os campos das realizações humanas, inclusive tecnológicos, levando-os para patamares superiores.
- c) A necessidade de, internamente, na sua organização real em termos de processo de trabalho, de relações sociais de produção, ser também nitidamente superior à organização capitalista. Os ideais de solidariedade não podem conviver com práticas de auto-exploração, com hierarquias opressoras e com métodos de gestão que desvalorizam o trabalho humano.

Esses três principais desafios enfrentados pela Economia Solidária representam, igualmente, grandes desafios para as universidades. Pesquisas empíricas sobre novos procedimentos técnicos, formas de gestão e controle segundo princípios solidários, avaliações sobre mercados, re-

des solidárias, processos contábeis específicos e, por fim, elaborações teóricas que permitam detectar problemas e soluções podem ter origem no trabalho engajado de pesquisadores universitários. Concretamente, isso já está ocorrendo na rede de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, na rede Unitrabalho e também, em centros universitários especializados (ver. www.ecosol.org.br). Uma parte essencial no desenvolvimento da Economia Solidária depende da solidez e da aplicação de um novo quadro de valores que substitua os princípios da concorrência e auto-suficiência, veiculados pelo capitalismo, pelos de solidariedade e de trabalho coletivo. Da mesma forma, as lógicas que legitimam o caráter predatório do capitalismo devem ser substituídas pelos princípios de sustentabilidade. As expansões da economia moral, da economia da dádiva, dependem da “deslegitimação” dos valores utilitaristas e mercenários que compõem o espectro ideológico do capitalismo.

Os limites concretos dessa “outra economia” são dados, entretanto, pela lentidão na sua implantação. Mudanças nas formas de produção, na cultura e nos valores, ocorrem nos ritmos da “história lenta”. Enquanto a Economia Solidária absorve algumas centenas de trabalhadores cooperados ou autogestionários, milhares de operários são alijados da esfera produtiva e milhares de jovens permanecem desempregados ou são subordinados em relações precárias.

A formulação de um diagnóstico tão sombrio não tem nenhuma conotação pessimista. Em um curto período, parte das Ciências Sociais abandonou as análises totalizantes em benefício das micro-narrativas e do estudo de singularidades expressivas. Um certo deslumbramento com a diversidade do real e com as subjetividades plurais da sociedade estimulou um relativismo otimista, inconsistente e incoseqüente. Atualmente, as Ciências Sociais estão desafiadas a retomar a análise as situações sociais candentes, definidas no bojo de macro-processos. Ao retornar a perspectivas mais abrangentes, abordando, em especial, os mecanismos reprodutores

das desigualdades e os limites objetivos dos projetos em disputa, reafirma-se a vocação do pensamento crítico como consciência e responsabilização individual e coletiva na busca de alternativas teóricas e práticas que fazem avançar o processo civilizatório.

(Recebido para publicação em outubro de 2003)

(Aceito em março de 2004)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, In: SADER, Emir (Org.) *Pós-neoliberalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BEAUD, Michel. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CATTANI, Antonio David (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003.
- CATTANI, Antonio David (Org.) *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CATTANI, Antonio David. A crítica da economia solidária. *Cultura Vozes*, [S.l.], v. 96, n. 6, 2002.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: 2001.
- DUMONT, René. *Um mundo intolerável*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- GENTILI, Pablo (Org.) *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1990.
- HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron, 1996.
- RIST, Gilbert. *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SINGER Paul; SOUZA, André (Org.) *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.